

O OBJETO QUE FALA: REFLEXÕES ACERCA DA INSERÇÃO DA MULHER NO  
UNIVERSO LITERÁRIOThe OBJECT THAT SPEAKS: REFLECTIONS ABOUT THE INSERTION OF WOMEN  
IN LITERARY UNIVERSE

Verônica Rodrigues Silva<sup>1</sup>  
Dante Gatto<sup>2</sup>

RESUMO: Partindo da condição subversiva da literatura, enquanto arte, este artigo busca refletir como a grande e lenta revolução operada pelas mulheres, no sentido de resguardarem o lugar de participação na sociedade, enquanto *ser*, teve como suporte fundamental a inserção da mulher no universo literário e a expressão obtida pelo que podemos chamar de *escrita feminina*. Se silêncio e invisibilidade foram operadas ideologicamente pelo patriarcado, anulando a voz da mulher, por meio da literatura o objeto falou. Lançamos, pois, luz ao processo e ao fenômeno.

Palavras-chave: Mulher, Literatura, Patriarcado.

ABSTRACT: Starting from the condition of subversive literature as art, this article tries to reflect on how the large and slow revolution operated by women, on the other hand place for participation in society, while being, took as fundamental support the insertion of women in literary universe and the expression obtained by what we could call feminine writing. If silence and invisibility were operated ideologically by the patriarchate, nullifying the voice of a woman, through literature the object spoke. We launched light to the process and to the phenomenon.

Key-words : Women, Literature, Patriarchy.

A literatura *não* foi para as mulheres, segundo Costa (1996, p.14), uma mera transgressão das leis não escritas que lhes impossibilitavam o acesso à criação literária: “foi muito mais que isso, um território liberado, clandestino, pulsando ao ritmo emocional dessa clandestinidade e desse risco. Saída secreta da clausura da linguagem e de um pensamento que as pensava e descrevia”. Este artigo pretende refletir tal assertiva.

Segundo Rocha-Coutinho (1994, p.49) a “identidade feminina”, longe de ser natural, é, antes, construída a partir de um discurso social que visa atender e se adequar às necessidades e mitos de uma sociedade determinada em um momento histórico específico. Tal discurso tem desempenhado um importante papel na construção da subjetividade das mulheres, conseqüentemente mantendo-as numa posição de subordinação.

<sup>1</sup> Graduada em Letras, Licenciatura Plena, pela Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), *campus* de Tangará da Serra (MT), *e-mail*: veronycccka@hotmail.com

<sup>2</sup> Docente da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, doutorado em Teoria Literária pela UNESP (Assis – SP), *e-mail*: gattod@gmail.com

Não há muito tempo, a mulher não podia escolher com quem casar, sua vida era decidida pelos pais, seus desejos e vontades reprimidos. A literatura absorveu este fenômeno enquanto núcleo de situações trágicas: *Inocência* (1862) de Taunay e *Amor de perdição* (1872) de Camilo Castelo Branco são bons exemplos neste sentido, no caso da literatura brasileira e portuguesa.

O que estava na base do fenômeno era a educação que se pautava em perspectivas científicas amplamente aceitas na época. Segundo Maria Rita Kehl (1995, p.22), no começo do século XX, por exemplo, acreditava-se que se fazia necessário preservar a castidade das meninas, que deveriam chegar virgens até o casamento e, ao mesmo tempo, atender à virilidade dos rapazes a quem não cairia bem tal virgindade ao adentrar a *sagrada* instituição. No caso, a pesquisadora está discutindo a utilização da prostituição pela burguesia paulista para seus interesses meramente utilitários. Para os jovens, era desaconselhável que contivessem seus impulsos sexuais; para as moças, o sexo seria fácil de controlar uma vez que seus desejos eram menos intensos, como se pensava.

O caso da inserção da mulher no mundo literário foi significativo da extensão da luta feminina pela igualdade de gênero. Estamos em pleno século XXI, as tecnologias avançam rapidamente, a sociedade constrói-se num processo de mudança de valores, as leis foram adequadas às exigências da sociedade (creches, o voto feminino, as leis trabalhistas, Maria da Penha etc.), *tabus* foram quebrados e paradigmas reformulados. O mundo aparentemente melhorou e com ele os indivíduos também: mulheres e homens dividem os mesmos direitos e deveres, são iguais perante a lei, mas nem tudo é como aparenta ser, porque ainda resistem valores tradicionais, digamos assim, do patriarcalismo redutor. Mesmo a sociedade tendo evoluído, o pensamento de que exista uma conduta adequada para homens e outra para mulheres ainda está arraigado no inconsciente coletivo.

Segundo o livro *Mulher Brasileira: bibliografia anotada* da Fundação Carlos Chagas (Brasil), o registro do papel da mulher na sociedade não é identificado adequadamente:

A historiografia oficial tem, via de regra, ressaltando os feitos das camadas dominantes ao longo dos séculos e passado ao largo das inquietações da maioria da população. Não se registraram assim, a não ser de forma acidental e frequentemente deturpada por uma ótica que lhes atribui posição de segunda plana, as contribuições dos contingentes anônimos de trabalhadores e a participação de grupos discriminados, tais como o índio, o negro, a mulher, na formação de uma identidade nacional. É sobretudo em torno do representante masculino, branco e adulto das camadas privilegiadas que se têm elaborado as versões históricas de nosso passado (1979, p.33).

As mulheres, apesar de terem conquistado seu espaço na sociedade e concorrerem de igual para igual com os homens, ainda carregam o estereótipo da fragilidade e absorveram a ideologia da necessária submissão e obediência ao macho reprodutor e dominador. Há um menosprezo por esse ser que em composição corporal é quase igual aos homens, diferenciando-se somente pelo órgão reprodutor. Para Simone de Beauvoir:

A mulher tem ovários, um útero; eis as condições singulares que a encerram na sua subjetividade; diz-se de bom grado que ela pensa com suas glândulas. O homem esquece soberbamente que sua anatomia também comporta hormônios e testículos. Encara o corpo como uma relação direta e normal com o mundo que acredita apreender na sua objetividade, ao passo que considera o corpo da mulher sobrecarregado por tudo o que o especifica: um obstáculo, uma prisão. (1967, p.10)

O corpo, portanto, está no horizonte das apreensões femininas, diferentemente do homem. Combina-se a isto os limites, antes muito mais do que agora, resultantes da gravidez. Segundo Ardaillon e Caldeira (1984, p.4):

O ponto básico a caracterizar a situação da mulher é que a ela é vetada a ação: ela não pode fazer, produzir, criar, ultrapassar-se em direção à totalidade do universo. Presa ao lar, ela é destinada a ser confinada à imanência, suas atividades não têm um sentido em si, não se projetam para o futuro, mas apenas mantêm a vida. A transcendência lhe é permitida unicamente através da intermediação do homem, o qual revestirá de um valor humano a contingente factilidade dela.

Às mulheres, a imanência e aos homens, a transcendência. Nascer mulher é nascer presa: às convenções sociais, às condutas preestabelecidas, a ser esposa, dona de casa e mãe, mas ela é mais do que um simples enfeite: está também no espaço da transcendência como o homem, enquanto *ser*, mesmo assim é considerada, ainda, guardadas todas as transformações que acompanhamos, conforme Beauvoir (1967, p. 25): uma matriz, um ovário. Ora, “é uma fêmea” e esta palavra basta para defini-la. Para Costa (1996, p.13):

Ao longo da história inúmeras mulheres anônimas tiveram suas vidas mutiladas pelas leis dos homens. Sem vez e sem voz, restou-lhes o silêncio, além da perda de identidade e, por mais assustador que isso pareça, também o dever de ocultar os desmandos do homem: cumpria-lhes salvar as aparências da família. Enfim, a mulher devia mostrar-se feliz e paciente no cotidiano dos afazeres domésticos, na exploração do seu corpo e na maternidade a que esse corpo estava destinado.

O patriarcado é o sistema de controle e opressão que o homem exerce sobre a mulher. Esse controle se estabelece pelas relações sociais existentes: o macho se torna o centro e a fêmea prestadora de serviço sexual e reprodutora. No patriarcado, existe um jogo de poder no qual o homem oprime, controla e domina a vida da mulher. Essa dominação do macho sobre a fêmea, nem sempre é obtida por meio a força física, mas também pela manipulação psicológica em que a mente é trabalhada de uma maneira tão intensa e persuasiva que, mesmo não estando no âmbito patriarcal, ela ainda se porta e reproduz o patriarcado, São mulheres que estão acostumadas a viver à sombra do homem, que passam a ter atitudes machistas.

Para Neuma Aguiar:

No caso brasileiro, Faoro argumenta que o estamento burocrático gera uma legislação sobre a esfera privada. Porém, essa perspectiva não explica os casos de dominação arbitrária no interior da esfera familiar, como a obrigatoriedade, da parte das mulheres, de manter relações sexuais com os maridos, decorrentes de uma obrigação de atender aos desejos masculinos, independentemente das circunstâncias, e de sua própria vontade. A violência contra mulheres e a impunidade, como legítima defesa da honra masculina, consiste em outra indicação de relações patriarcais. Essas situações de arbítrio de poder na família foram amplamente documentadas pelo pensamento social brasileiro (1984, p. 305).

Ideologicamente, a sociedade exalta as chamadas qualidades femininas que são um meio de reprimi-las, trabalhando em seu imaginário a valorização dos estigmas e a submissão ao homem. Segundo a Fundação Carlos Chagas (Brasil):

Em muitas louvações fica patente a necessidade de demonstrar o valor positivo das chamadas qualidades femininas, ou seja, a passividade, a fraqueza, a suavidade, a dependência e a intuição. Essa necessidade se apoia na valorização masculina de qualidades humanas, antepondo os traços psicológicos femininos aos masculinos, como se tratasse de uma distinção objetiva e natural. A consagração das virtudes tradicionalmente femininas leva à consideração da mulher como um ser psicologicamente diferente, que apenas alguns homens, mais perspicazes e sensíveis, têm condições para perceber em seus aspectos positivos (1979, p. 42).

Um exemplo do processo de alijamento da participação feminina na sociedade está na dificuldade de inserção das mulheres na literatura que se dá não por conta da capacidade intelectual, mas por questões ideológicas mesmo, em que, aliás, a intelectualidade da mulher é contestada. Nossa tradição estética define a criação artística como um dom essencialmente masculino, sintetizado na figura de Deus Pai, que criou o mundo. À mulher fica destinada a

reprodução. Nos sistemas simbólicos de representação as verdades humanas universais ficam para a experiência masculina. A feminina foi neutralizada.

A história literária corrobora e robustece tal deformação. Ria Lamaire (1994, p.58-9) identifica a história literária como “um fenômeno estranho e anacrônico”. É pela ideia de ancestralidade que é legitimada a situação atual. Nos discursos das ciências humanas, as representações masculinas sobre a mulher, como o sexo “natural, essencial e universalmente” mais fraco, podem ser consideradas como uma das formas mais radicais deste tipo de legitimação de poder. A genealogia e a história literária criam a ilusão de uma só história, de uma única tradição. Este mito é reforçado continuamente em cada descrição genealógica e cada versão da história literária.

Até o final do século XIX, a literatura manteve-se como atividade “pouco adequada” às mulheres.

E não é de estranhar que assim se desse, uma vez que mesmo para os homens, a condição de escritor e poeta se equiparava, então, à dos autores, como tendo qualquer coisa de anti-social e, principalmente, de antiburguês. Se o pai de Olavo Bilac ficara alarmado quando vira o filho seduzido pela literatura, a que ponto não iria a revolta desse homem austero se, em lugar de um filho, se tratasse de uma filha (BROCA, 1979, p.76).

Como sabemos, a revolução se processará lentamente, como identificou Brito Broca (1976, p.76), “lutando contra a corrente, havia mulheres corajosas que superavam o preconceito e vinham em público defender os seus direitos à literatura”. Há de se acrescentar, também, que no Brasil era mais comprometedor a situação de exclusão:

O livro de Teresa Margarida é dos meados do século dezoito. Trata-se, no entanto, de uma mulher que, tendo nascido em São Paulo, foi com a idade de cinco anos para Portugal, lá estudou e lá escreveu a obra, que publicou sob pseudônimo. Se permanecesse na Colônia, certamente nunca viria a compor coisa alguma; nem chegaria a adquirir a instrução necessária para qualquer espécie de exercício literário (BROCA, 1979, p. 76).

Demorou muito tempo para a situação melhorar. Até 1970, apenas três escritoras, no contexto da literatura brasileira, tinham merecido reconhecimento: Raquel de Queirós, Cecília Meireles e Clarice Lispector. Isto, segundo Schmidt (1995, p.183), denuncia uma condição de “invisibilidade”, a negação da legitimidade cultural da mulher como sujeito do discurso, exercendo funções de significação e representação. Para Lucia Castelo Branco e Ruth Silviano Brandão (1989, p.89):

É curioso que os críticos, em seu julgamento, não tenham conseguido separar os "domínios da arte" dos "domínios da vida". Esse comportamento parece ter sido, até pouco tempo, generalizado com relação à produção literária feminina. São poucos os que conseguiram distinguir esses dois terrenos. Muitas vezes, eles foram movidos por razões evidentemente preconceituosas: a produção poética da escritora é imoral, porque mulheres não devem falar nesse tom. Outras vezes, além dos preconceitos do analista, há um elemento fundamental que impossibilita nítida separação entre a vida e a obra das autoras: o próprio texto.

Para Badinter (1985, p.32), a mulher era tida como [...] personagem secundária na concepção. Semelhante à terra que precisa ser semeada, seu único mérito é ser um bom ventre. Como é dotada de uma frágil capacidade de deliberação, deduz-se que sua opinião não é digna de consideração. A única virtude moral reconhecível era a de vencer a dificuldade de obedecer. Sua honra residia num modesto silêncio.

A tradição da cultura feminina, de desafios e transgressões, continua Schmidt (1995, p.187-189) força a abertura de um espaço dialógico de tensões e contrastes que desequilibra as relações simbólicas congeladas do ponto de vista do masculino. Supera-se, pois, o estado de “passividade e conformidade dramatizado”, conscientemente, destrói-se o discurso de exclusões e rompe-se o silêncio: o objeto fala. Uma dupla conquista envolve a literatura feita por mulheres: a conquista da identidade e a conquista da escritora. O caminho de superação deve se fazer na luta pela reconstrução da categoria “mulher” – “lugar potencialmente privilegiado” – para reconceituar o feminino e promover a recuperação da experiência abafada pela tradição cultural dominante. O fazer literário tem, pois, o poder – como prática micropolítica – de colaborar na reconstrução da noção de diferença do sujeito à hegemonia do idêntico (atuando no nível da subjetividade e da auto-representação) que, por sua vez, desestruturará o sistema binário de gênero, corroendo as relações de poder subjacentes. O resultado seria a inclusão da multiplicidade, heterogeneidade e legitimidade à noção de cultura. Por um lado, quando se usa a expressão escrita feminina quer se referir a texto de autoria feminina escrito do ponto de vista da mulher e em função de representação particularizada e especificada no eixo da diferença. Por outro, a expressão, hoje, rompe o sentido vinculado à crítica do século XIX (“uma sensibilidade contemplativa e exacerbada”). O resgate do termo exige colocá-lo dentro de uma prática libertadora em termos culturais, históricos e políticos. Não se trata, portanto, de encerrá-la num caráter ontológico e metafísico. A expressão “escrita feminina”, de fato, pela força com que se apresenta, nos quadros da Cultura Ocidental, ganha um estatuto epistemológico. “Ela é um forma de

contestar o caráter misógino ainda presente em critérios de avaliação de textos literários e que levam críticos a referir-se a escritoras usando paradigmas masculinos”.

Hoje, não há mais como sustentar os pressupostos pretensamente neutros e a-históricos dos métodos da crítica literária tradicional. Todo critério de avaliação e interpretação é historicamente limitado, mutável em função de condições sociais e históricas e em função de referências teóricas, esses também variáveis no contexto daquelas condições (SCHMIDT, 1995, p.185).

Ainda se tem uma visão distorcida da mulher, ela ainda é considerada um ser dissimulado, manipulador e sedutor e essas características foram levadas para a literatura. Machado de Assis construiu seu romance *Dom Casmurro* sob o ponto de vista masculino: o narrador-protagonista Bentinho identificava em Capitu dissimulação por conta daqueles olhos de ressaca.

Há duas perspectivas de análise da personagem. São ressaltados, em *Capitu*, todos os adjetivos que a sociedade daquela época condenava nas mulheres. Por mais que as atitudes de Capitu não fossem propositais, eram tratadas como uma afronta ao modelo de conduta estabelecido e isso fazia com que a perspectiva social fosse a mais preconceituosa possível. Mas a situação fica mal resolvida com esta solução superficial para o problema, porque Capitu é sempre retomada, atormentando as consciências redutoras. Afinal, o que interessa é mesmo o efeito estético.

Gatto (2014, p.6), reportando-se à Lukács, argumenta que o romance, enquanto epopeia burguesa moderna, supõe, como o grande épico, uma visão total do mundo e da vida, mas essa visão da totalidade na arte implica substituir a totalidade *extensiva* do real pela totalidade *intensiva* da essencialidade na coerência estética da obra de arte.

Ora, Capitu não descansará enquanto permanecer mal resolvido o olhar às mulheres. Eis, pois, a sua eternidade enquanto dure.

O mundo da moda reflete bem isto no sentido de dar forma, materialidade, a este ser feminino que escapa:

A silhueta feminina vem sendo delineada, alucinada e erigida ao longo da história da mulher. Estilistas e poetas sabem o que isso significa: ao *nada* que se apresenta como feminino, eles contrapõem o *tudo* que, difusa ou corporeamente, pretende significar, ser a mulher. Assim seja através de figuras fantasmáticas que, envolvidas por véus ou completamente despidas, proliferam na poesia, seja através da concretude de espartilhos, anquinhas, rendas e brocados, que povoam o mundo da moda, a silhueta feminina se

erige e, com ela, uma imagem de mulher (CASTELO BRANCO & BRANDÃO, 1979, p.133).

A literatura, podemos concluir, dada a sua natureza essencialmente iconoclasta, por meio da qual os objetos falam, aproxima todas as diferenças, iluminando justamente as diferenças, em busca de uma concepção de universalidade, coerente com a humanização, que aproxime homens e mulheres para além da condição de objetos.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, Neuma. **A mulher na força de trabalho na América Latina**. Rio de Janeiro: Vozes, 1984.

ARDAILLON, Danielle; CALDEIRA, Teresa. **Mulher: indivíduo ou família. Novos estudos, V. 2**. São Paulo: Cebrap, 1984.

BADINTER, E. O amor ausente. **In: Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995, p.19-144.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo II: A experiência vivida**. 2ª ed. Difusão Européia do Livro: São Paulo, 1967.

BROCA, Brito. **Românticos, Pré-românticos, Ultra-românticos: vida literária e Romantismo no Brasil**. São Paulo: Polis, 1979.

CASTELO BRANCO, Lúcia; BRANDÃO, Ruth Silviano. **A mulher escrita**. Rio de Janeiro: LTC/Casa-Maria, 1989.

CASTRO, N. C. de. O feminino em Questão: uma leitura de Elizabeth Wright e de Toril Moi. ANAIS DO IV SEMINÁRIO NACIONAL MULHER E LITERATURA. Niterói: UFF/Abralic, 1991, p.222-230.

COSTA, Maria Osana de Medeiros. **A mulher, o lúdico e o grotesco em Lya Lufuft**. São Paulo: Anna Blume, 1996.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS (Brasil). **Mulher Brasileira: Bibliografia Anotada**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

GATTO, Dante. Literatura: criação e análise. **Tribuna de Tangará**, Tangará da Serra, 06 mar. 2014. Artigos, p.6.

KEHL, M. R. Profissionais do amor. **Playboy**, p.22, 1995.

LAMAIRE, Ria. Repensando a história literária. In: BUARQUE DE HOLANDA, Heloísa (Org.). **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p.58-71.

ROCHA-COUTINHO, M. L. **Tecendo por trás dos panos: A mulher brasileira nas relações familiares.** Rio de Janeiro, Rocco, 1994.

SCHMIDT, R. T. Repensando a cultura, a literatura e o espaço da autoria feminina. In.: NAVARRO, Márcia Hoppe (Org.). **Rompendo o silêncio.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1995, p.182-189.